

Análise de Conjuntura

Diretoria do APUBH - dia 12/12/2024

I- Posicionamento da nossa categoria diante da luta de classes e caráter da nossa democracia

Somos servidores públicos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora que, ao fim e ao cabo, é a classe que sustenta a universidade e os serviços públicos com os impostos que paga e com a riqueza que produz para o país.

A democracia liberal burguesa é baseada na manutenção das desigualdades, mas nos dá alguma margem para melhorá-la e precisa ser defendida.

II- Crise do capital financeiro, fortalecimento da extrema-direita e cenário político no Brasil

O capital financeiro está em crise desde o estouro de bolhas especulativas em 2008 e essa crise segue sem solução. Em países como o Brasil, a crise acentuou o processo de retirada de direitos da classe trabalhadora e a apropriação de recursos naturais.

A extrema-direita neoliberal no Brasil inaugurou uma “guerra cultural” no Brasil.

III- Correlação de forças desfavorável e necessidade de rearticulação da esquerda

Desafio de organizar os trabalhadores e as trabalhadoras para a luta em defesa de seus direitos, entre os quais se inclui o direito de acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade.

Hegemonia de forças neoliberais dentro da frente ampla, cerco ao governo feito por nossos inimigos e impedimento do governo cumprir suas promessas de campanha.

IV- Principais contradições do governo Lula 3

O desmonte do Estado operado pelos governos Temer e Bolsonaro não foi revertido e não há sinais claros de que haverá reversão no curto prazo sem alteração da correlação de forças.

Redução da fome e da pobreza, insatisfação do mercado com o governo, tentativas do governo de rever as isenções fiscais barradas pelo congresso.

V- Pacote de medidas para manutenção do Arcabouço Fiscal

Ataques especulativos sobre o preço do dólar e juros absurdos mantidos pelo Banco Central.

Alteração da política de aumento real do salário mínimo.

Restrição de nomeações e posses em 2025 de forma mais espaçada com meta de redução de gastos de pelo menos R\$ 1 bilhão. No caso de déficit primário ou redução das despesas discricionárias, acionamento de “gatilho de reenquadramento” que vedará, a partir de 2027, aumento real acima de 0,6% na despesa com pessoal e encargos.

V- Pacote de medidas para manutenção do Arcabouço Fiscal

Aumento do teto de isenção do imposto de renda (IR) e do imposto de quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês.

Controle das isenções fiscais para as grandes empresas, em situações de déficit fiscal primário, impedindo concessões, ampliações ou prorrogações.

Restrições aos privilégios na aposentadoria dos militares e às emendas impositivas no Congresso Nacional.